

Alfabetização de adultos no Brasil e os veículos de comunicação: política e cultura popular (1960- 1975)

Adult literacy in Brazil and the media: politics and popular culture (1960-1975)

Cíntia Nascimento de Oliveira Conceição¹

RESUMO:

A história da alfabetização de adultos no Brasil teve a participação ativa dos veículos de comunicação de massa em campanhas de democratização do ensino. O objetivo do artigo é analisar o modelo de alfabetização funcional adotado pelo governo com o incentivo de órgãos internacionais como a UNESCO no período entre 1960 e 1975. No Brasil o modelo de alfabetização funcional atendia os objetivos de formar para o mercado de trabalho, mas não conseguiu assumir todas as recomendações internacionais por falta de investimento e também pelo engajamento de movimentos populares de educação de base. Com a presença dos militares no governo, esses movimentos se enfraqueceram e a teleducação se tornou um recurso popular para o ensino de adultos. A teledramaturgia foi utilizada como recurso pedagógico e também reforçou estereótipos sobre o analfabetismo no país. A metodologia utilizada foi a análise de conteúdo a partir de pressupostos da Nova História, destacando as representações que caracterizaram o ensino de adultos. Para a realização da pesquisa usamos de periódicos, revistas e arquivos pessoais como fonte de investigação.

PALAVRAS-CHAVE: educação de adultos; veículos de comunicação; teleducação.

¹ Doutora em Ciências Humanas Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), pesquisadora do Grupo de Pesquisa Educação, História e Comunicação (PUC-Rio). Graduada em Comunicação Social (PUC-RJ) e em Pedagogia (UERJ). Tem experiência em Educação e Mídia, atuando principalmente nos seguintes temas: televisão, história dos meios de comunicação, história da educação, audiovisual educativo, mídias digitais, formação de professores, consumo cultural e cotidiano. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6101-6837>. E-mail: cintiadeoliveira@yahoo.com.br.

ABSTRACT:

The history of adult literacy in Brazil had the active participation of the mass media in campaigns to democratize education. The objective of the article is to analyze the functional literacy model adopted by the government with the encouragement of international institutions such as UNESCO in the period between 1960 and 1975. In Brazil, the functional literacy model met the objectives of training for the labor market, but not managed to take on all international recommendations due to lack of investment and also by the engagement of popular grassroots education movements. With the presence of the military in the government, these movements have weakened and tele-education has become a popular resource for adult education. Teledramaturgy was used as a pedagogical resource and also reinforced stereotypes about illiteracy in the country. The methodology used was content analysis based on New History assumptions, highlighting the representations that characterized adult education. To carry out the research we use periodicals, magazines, and personal archives as a source of research.

KEYWORDS: Adult education; mídia; tele-education.

Introdução

A história da alfabetização de adultos no Brasil foi definida por campanhas assistencialistas e por políticas de educação geralmente vinculadas a interesses direcionados ao desenvolvimento econômico. Nesse contexto, a teleducação se apresentou como ideia para modernizar a educação, adequando-a às necessidades políticas, econômicas, sociais e culturais do país nos anos de 1960 a 1975. O uso dos veículos de comunicação de massa, destacando a televisão foi um recurso para a popularização da importância da alfabetização para a inserção no mundo “desenvolvido” que se desenhava a partir da ideologia capitalista. O presente estudo tem como objetivo fazer uma reflexão e análise da política educacional do período sinalizado, destacando a interferência de órgãos internacionais na política educacional, a proposta de democratização do ensino e a cultura popular.

Esse artigo é um recorte do estudo sobre teleducação no Estado da Guanabara². Na pesquisa trabalhamos com diferentes tipos de arquivos como: documentos de arquivos pessoais de Gilson Amado e Lourival Marques, utilização do acervo da Hemeroteca Digital Brasileira³ para a consulta de periódicos veiculados durante os anos de 1960 até 1975. Os arquivos pessoais foram fontes importantes para essa pesquisa, servindo como complemento para a análise cruzada com informações em arquivos de natureza pública. Estamos considerando, nessa pesquisa, arquivos de natureza pública, o material recolhido em jornais e revistas. Utilizamos os seguintes periódicos e revistas: Correio da Manhã, Diário de Notícias, Jornal do Brasil e Revista do Rádio. A análise foi realizada a partir dos estudos sobre História Cultural, sinalizando as representações em torno da alfabetização de adultos e o uso dos veículos de comunicação.

Os veículos de comunicação de massa na educação surgiram como meios de democratizar o acesso à educação, sobretudo nas áreas mais remotas do país e nas áreas urbanas que atendiam as classes mais pobres como subúrbios e favelas. A linguagem do rádio e da TV foi apropriada para educação em uma tentativa de impor valores sociais, cívicos, culturais e morais do período, contudo, a mobilização popular das massas desses “alunos” estabeleceu resistência criando metodologias ativas que objetivam a emancipação política e cidadã com o surgimento de movimentos populares que contou com o apoio de igrejas, universidades e sindicatos.

A relação da radiodifusão com a educação começou nos anos de 1920, quando a radiofonia no Brasil esteve no centro de um debate que visava definir os parâmetros educacionais que deveriam ser adotados pelas emissoras. Alguns fundadores da *Rádio Sociedade*, em abril de 1923, foram também os precursores da televisão educativa no país e mais tarde estiveram à frente da primeira rádio do sistema educacional: *Rádio Escola Municipal*, inaugurada oficialmente em janeiro de 1934, com o prefixo PRD5, e com ideais pedagógicos proclamados no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Outros projetos com viés educativo surgiram nos anos seguintes como: o Instituto Rádio Técnico Monitor, em São Paulo, instituição privada que oferecia cursos profissionalizantes em 1939; o programa radiofônico Universidade do Ar, da Rádio Nacional direcionado a formação de professores nos anos de 1940; a Universidade do Ar do Serviço Social do Comércio (SESC) e do Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAC) cujo propósito era o treinamento de comerciantes e empregados em técnicas comerciais; a criação do Sistema Rádio Educativo Nacional – SIRENA, em 1957 com

² Esse estudo resultou na tese “Pioneiros da Teleducação na Guanabara: A Televisão Educativa na perspectiva das experiências pioneiras de teleducação e formação de professores e profissionais do Instituto de Educação do Estado da Guanabara e da Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (1960 - 1975)”.

³ <http://memoria.bn.br/>

onze emissoras transmitindo cursos básicos gravados em discos LP (long-play) e eram distribuídos em rede nacional; e a criação do Movimento Nacional de Educação de Base (MEB), em 1961, patrocinado pelo governo federal e liderado pela igreja católica vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB.

Apesar de tantos programas e projetos de educação no país, somente em novembro 1960, com o decreto 49.259 foi instituída a Campanha Nacional de Radiodifusão Educativa (C.N.R.E.), a cargo do Serviço de Radiodifusão Educativa (S.R.E.) e diretamente subordinada ao Ministro de Estado da Educação e Cultura. O objetivo era promover a irradiação de programas científicos, literários e artísticos de caráter educativo; informar e esclarecer, quanto à política de educação do país; orientar a radiodifusão como meio auxiliar de educação e ensino; incrementar o intercâmbio de programas culturais com outras emissoras do país e do exterior; estimular a educação musical do povo em suas diferentes formas de manifestação; promover e patrocinar a gravação de obras musicais e literárias de autores brasileiros, destinadas à documentação e divulgação. Também ficou definido o modo de custeio das produções educativas com a criação de um fundo especial previsto no orçamento da União. Neste momento, a responsabilidade pela produção e divulgação da programação educativa passou a ser do governo. Antes, o decreto 21.111, que abordava a finalidade educacional nas emissoras, dependia de verbas publicitárias arrecadadas pelas próprias emissoras, que no caso da TV, eram todas comerciais.

A partir destes decretos, a televisão se configurou como um veículo de comunicação popular capaz de impulsionar a política econômica desenvolvimentista gerada no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) que alavancou a industrialização do Brasil, e consequentemente acelerou o processo de urbanização do país e o consumo de manufaturados. A televisão, como todo produto de tecnologia da informação e comunicação, é dependente da cultura, da política, da economia e dos avanços da tecnologia, e por isso além de entreter e instruir também favoreceu o modelo capitalista de produção e de consumo. O aumento do mercado do audiovisual pela televisão demandou maiores investimentos em tecnologia para melhorar a qualidade da imagem e do som, maiores investimentos em publicidade para aumentar o número de telespectadores e também incentivo do governo para ampliar o consumo de bens materiais e simbólicos pela TV em todo o território nacional. Quando mais aparelhos nas residências, maior seria o interesse dos anunciantes e também a influência da TV no comportamento social e cultural da população brasileira. Em 1951, iniciou no Brasil a fabricação de televisores da marca *Invictus*, em São Paulo. Em 1960, foi criado o videotape que revolucionou a produção de TV permitindo que os programas fossem gravados e, consequentemente, reduzindo os custos de produção da programação que antes era sempre ao vivo. Em pouco tempo a TV se tornou a representação de um veículo moderno de consumo de bens e serviços com potencial para alcançar grande parte da população e promover mudanças na educação e na formação geral da sociedade.

Alfabetização de adultos sob controle internacional

O governo brasileiro, seguindo as recomendações internacionais, iniciou diferentes programas de alfabetização utilizando veículos de comunicação de massa, como rádio e a televisão. De acordo com Romanelli (2012, p. 204), as agências internacionais de ajuda e cooperação atuaram em estratégias de desenvolvimento de países periféricos fortalecendo aspectos ideológicos que determinavam o conceito de subdesenvolvimento de modo parcial, partindo do pressuposto que este seria uma fase anterior ao desenvolvimento. Assim, o Brasil era visto como em atraso em relação aos países considerados desenvolvidos e, portanto, precisava de ajuda internacional para mudar hábitos de consumo e pensamentos para atingir o estágio moderno proposto pelo mundo capitalista. “Na verdade, teorias desse tipo não oferecem apenas uma interpretação parcial; elas oferecem também, consciente ou inconscientemente, uma explicação distorcida ou até tendenciosa, porque partem de pressupostos reconhecidamente inconsistentes para propor estratégias de ação” (ROMANELLI, 2012, p.205).

As estratégias para a alfabetização de adultos no Brasil seguiram as orientações de órgãos internacionais utilizando o modelo proposto pela UNESCO. Para essas agências, o analfabetismo era considerado um problema técnico que poderia ser solucionado rapidamente com planejamento e cooperação técnica entre países desenvolvidos e em subdesenvolvimento. A alfabetização que a UNESCO recomendou em 1958 compreendia a capacidade de ler ou escrever um enunciado curto e simples relacionado à sua vida diária. Alguns anos depois, no final da década de 1960, ela apresentou nova definição que agregava valores utilitários à educação. A alfabetização deveria ser funcional, ou seja, o suficiente para inserir o indivíduo adequadamente no seu meio social. O alfabetizado teria que ser capaz de desempenhar tarefas em que a leitura, a escrita e o cálculo eram importantes para o desenvolvimento individual e comunitário. As diferenças culturais e regionais não eram prioridades na metodologia dos órgãos internacionais para a educação de adultos.

Porém, a alfabetização de adultos no Brasil se destacou com movimentos de cultura e educação popular que ocorreram no início dos anos de 1960⁴. A agitação em torno da educação popular deu origem a fluxo expressivo de euforia que culminou na criação de vários grupos como; Movimento de Cultura Popular (MCP), criado no Recife e estendido a várias outras cidades do interior de Pernambuco; Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, em Natal; Movimento de Educação de Base (MEB), criado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e com apoio oficial da Presidência da República; Centro Popular de Cultura (CPC) organizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE); Centro Dona Olegarilha entre os pioneiros a usar o método Paulo Freire; Programa Nacional de Alfabetização, que iniciou na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. A participação comunitária e o uso dos veículos de comunicação contribuíram para a ampliação das propostas de educação popular propagando uma mensagem política e cidadã com linguagem acessível aos grupos das camadas populares. Segundo Fávero (2014, p. 49) esses movimentos deram um salto qualitativo em relação às campanhas e mobilizações governamentais contra o analfabetismo de adultos ou de educação de base porque foram propostas diferentes das ações anteriores ao assumirem o compromisso explicitamente em favor das classes populares, urbanas e rurais, e o fato de terem orientado sua ação educativa para uma política renovadora. Essa proposta tinha o apoio do Estado, mas não

⁴ A década de 1960 politicamente representou o ápice do populismo brasileiro e de aceleração do desenvolvimento econômico e industrial.

se valia das perspectivas pedagógicas consideradas desgastadas até então mantidas pelo Ministério da Educação.

Após o golpe da ditadura civil-militar, em 1964, houve um enfraquecimento político destes grupos e as expectativas de emancipação e fortalecimento das culturas locais via alfabetização foram frustradas, contudo, o governo não ficou alheio a essas demandas por educação e sancionou a lei 5.379, de 15 de dezembro de 1967, que constituiu como atividade permanente e obrigatória no MEC a alfabetização funcional e a educação continuada de adultos sem restrição de idade. A posição do governo estava alinhada à concepção de educação para o desenvolvimento, atendendo a pressões políticas internas e externas que reivindicavam o direito de educação para todos e melhorias no sistema de ensino. Porém, o cenário era o seguinte:

Para as populações rurais, propunha-se a “educação de base”, não raro também restrita à alfabetização. Dessa forma, tanto a expansão da rede escolar quanto a gestação de novas modalidades de ensino – quer sob a forma de treinamento, quer sob o rótulo de ensino supletivo – estão intimamente ligadas à expansão do capitalismo, no modelo industrial e dependente. Estão ligadas também à permanente luta pela hegemonia, desenvolvida no interior da sociedade, para que a classe dominante consiga manter a direção dessa sociedade. Tendo em vista as mudanças ocorridas no próprio interior da classe dominante – na passagem de um predomínio quase exclusivamente agrário para a supremacia das frações de classe urbano-industriais –, os governos do período desenvolveram o que se convencionou chamar de “política de massas”, incorporando inicialmente o proletariado urbano, depois o proletariado rural, como frentes de legitimação do poder político. (FÁVERO, 2014, p. 50)

Desta forma, a “política de massas” sob a influência de órgãos internacionais e da disseminação do uso dos meios de comunicação na educação das “massas” permitiu a criação de um programa de alfabetização funcional que mobilizou profissionais de rádio e televisão e professores na tentativa de criar uma linguagem própria para o estudante brasileiro, mesmo tendo como referência a definição de alfabetização estabelecida pela UNESCO, que não se valia de métodos emancipadores.

Massa designa, no movimento da mudança, o modo como as classes populares vivem as novas condições de existência, tanto no que elas têm de opressão quanto que as novas relações contêm de demanda e aspirações de democratização social. E de massa será a chamada cultura popular. Isto porque, no momento em que a cultura popular tender a converter-se em cultura *de classe*, será ela mesma minada por dentro transformando-se em cultura *de massa*. (MARTIN-BARBERO, 2008, p.174-175)

A opção por uma política para as massas tende a criar mecanismos de mercantilização dos modelos de educação popular criando novas interpretações para o conceito de popular.

Alfabetização funcional no Brasil

No livro *Política da Educação*, Celso Kelly, que foi diretor geral do Departamento Nacional de Educação em 1967, descreve que o analfabeto não se ajusta a sociedade do século XX: “Esse é um homem primário, à margem dos hábitos que demandam, por tênue que seja, uma iniciação científica; à margem das modernas técnicas de trabalho e de sobrevivência, entregue ao empirismo de seus atos e aos impulsos de seus julgamentos” (KELLY, 1969, p.143). Ele defendia que o benefício da alfabetização era para toda a sociedade e, portanto, deveria ser um projeto do Estado, dos municípios, das igrejas, universidades, sindicatos, clubes, todos em aula em diferentes espaços: jornal, rádio, TV, sermão da igreja, cinema – “qualquer que seja a

linguagem ou veículo, todos os processos de comunicação congregados a serviço da missão comum – integrarão um programa formal e informal sistemático e assistemático em prol da valorização dessa ponderável parcela primária da população brasileira” (KELLY, 1969, p.145). No mesmo livro, a educação funcional era definida como educação de base com objetivo de integrar os marginalizados nos padrões mínimos de civilização para o aprimoramento da democracia. A educação funcional deveria estar ajustada às metas e recursos do Plano Nacional de Educação e também às metas do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do país.

Essas ideias serviram de cenário para as políticas de alfabetização de adultos no período estudado. A recomendação da UNESCO para os instrutores que trabalhariam com esse programa era que eles fossem recrutados no ambiente sócio profissional do aluno interessado porque defendia que a alfabetização funcional não poderia ser confiada exclusivamente aos educadores. “Ela exige estreita colaboração dos ministérios técnicos e dos diversos organismos públicos e privados que se relacionem com os projetos de desenvolvimento escolhidos. Exige principalmente a participação ativa dos setores econômicos interessados” (Correio da Manhã, 15/06/1970). Contudo, no Brasil a alfabetização de adultos pela televisão e pelo rádio manteve como figuras centrais educadores e professores na direção ou coordenação. A relação entre educação e veículos de comunicação de massa, desde o rádio, foi estabelecida por grupos de intelectuais, e mesmo com a presença da UNESCO ditando os rumos para a alfabetização funcional, o debate sobre a formação do povo brasileiro permaneceu priorizando valores da alta cultura e mantendo os paradigmas pedagógicos e curriculares praticados na sala de aula convencional. Apesar de adotar metodologia diferente para alunos adultos, compreendendo a necessidade de torná-los ativos no processo de aprendizagem e oferecer conteúdos úteis para o cidadão e o trabalhador, a relação direta entre educação e desenvolvimento econômico gerava contradições com a visão humanística de educação. A proposta da UNESCO não era emancipatória como as dos movimentos populares de base.

Para ter êxito na proposta indicada pela agência internacional o Brasil deveria investir em tecnologia de comunicação. E a TV era a tecnologia que se apresentava como uma inovação viável e adequada aos conteúdos pedagógicos, sobretudo pela possibilidade da comunicação audiovisual. O alcance em audiência criou grande expectativa para uso pedagógico porque além dos lares, os televisores poderiam estar em diferentes espaços como igrejas, sindicatos, clubes e empresas. A programação da televisão educativa no Brasil nunca alcançou o nível de organização e planejamento elaborado pela UNESCO porque não se integrou completamente à política educacional, apesar do esforço de alguns intelectuais e educadores⁵ que vislumbravam avanços significativos nos rumos da educação no país.

As finalidades educacionais da radiodifusão não se realizavam na prática, principalmente nas emissoras de TV comerciais, porque a intenção principal da TV era conquistar a audiência. Seria ingênuo acreditar que, sozinho, o apelo educacional voltado para a edificação do ser humano poderia alavancar a audiência. O movimento político internacional em prol do desenvolvimento econômico, cultural e social da “humanidade” foi a propaganda que viabilizou o vínculo da TV com a educação. Tal conexão, nas emissoras comerciais, seguiu a lógica de uma educação não formal que investiu em temas culturais com status de educativo. Já os canais públicos assumiram um perfil híbrido com programas de educação formal visando a certificação em parceria com Ministério da Educação e também informal visando a audiência.

Uma proposta de teleducação que funcionou do período estudado foi o curso de *Artigo 99* que foi transmitido entre 1962 e 1970 em emissoras de todo o país. O curso foi organizado em apostilas com textos didáticos que serviam de apoio para os alunos que deveriam ter no

⁵Edgar Roquette Pinto, Tude de Souza, Gilson Amado.

mínimo 16 anos. O curso de *Artigo 99* era uma preparação, pela televisão, para os exames de *Madureza*⁶ do Ministério de Educação e Cultura para a certificação de conclusão do ensino primário (1ª a 4ª série). Os exames de *Madureza* atendiam jovens e adultos que frequentavam, principalmente, cursos noturnos em regime convencional. Gilson Amado, enxergou no curso de *Artigo 99* uma oportunidade para pessoas retornarem aos estudos e realizou campanha na *TV Continental* direcionada a jovens de 16 a 20 não alfabetizados que dizia que nunca era tarde para estudar. A *TV Continental* naquele período funcionava quase como um circuito fechado porque o raio de transmissão da emissora era pequeno⁷. Porém, a campanha teve êxito. Em 1962, a média de alunos da Guanabara inscritos nos exames de *Madureza* era de 500 candidatos, pós campanha em 1969 o número de inscritos superava 60 mil pessoas. A campanha incentivou pessoas de diferentes idades que estavam fora da escola a voltar estudar pela televisão ou em turmas convencionais.

Os primeiros programas de *Artigo 99* eram realizados ao vivo e os professores envolvidos não recebiam salários, eram voluntários, gravando entre três e cinco aulas por dia. Em 1967, a *Shell* se interessou em patrocinar o programa e os professores passaram a receber pelas aulas. No ano seguinte a empresa foi para *TV Tupi* e curso passou a contar com melhores condições de produção na nova emissora. Neste período o curso foi realizado em âmbito nacional, financiado pela *Rede Shell de Educação*, chegando a 15 estados brasileiros (Pará, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Espírito Santo, Brasília, Paraná, Estado do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Guanabara). O curso foi elaborado com 400 aulas de 25 minutos (122 de português, 121 de matemática, 52 de história, 40 de geografia e 65 de ciências) e contava com o apoio de uma coleção de apostilas⁸ de 11 volumes. Inicialmente foram impressas 10 mil coleções, mas o volume de cartas recebidas solicitando apostilas indicou que cerca de 350 mil pessoas acompanhavam o curso pela televisão.

Teledramaturgia e educação – entretenimento popular

Nos anos de 1960 a televisão se tornou um veículo de comunicação para as massas. Em 1951, existiam apenas 3,5 mil aparelhos de TV e em 1964 o número era de 1,66 milhão. Em 1958 a televisão absorvia apenas 8% do mercado publicitário, em 1964 o percentual chegava a 24%. (NAPOLITANO, 2010, p.85). Entre os produtos de maior destaque estava a telenovela. A consolidação da telenovela como o gênero popular e lucrativo no Brasil está vinculada a mudança de linguagem realizada pelos autores nacionais que optaram por tramas com críticas à realidade social e cultural do país. Antes as tramas televisivas eram importadas, fantasiosas e melodramáticas.

⁶Madureza era o nome curso de educação de jovens e adultos e do exame final de aprovação do curso dos antigos ginásio e colegial, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1961. Era exigido prazo de no mínimo dois anos para a sua conclusão, exigência rescindida pelo Decreto-Lei nº 709/69.

⁷Nos primeiros anos a televisão só funcionava nos locais onde estavam erguidas as antenas de transmissão. Os telespectadores podiam captar som e imagem num raio máximo de 100 quilômetros em torno do transmissor que gerava as imagens. Cada emissora era responsável pela transmissão da sua própria programação

⁸ Em 1962 o objetivo era distribuir gratuitamente as apostilas do curso, mas o dinheiro arrecadado com empresários não foi suficiente. Poucos exemplares foram impressos e não atenderam a demanda. Em 1967, a Shell contribuiu com as apostilas e elas voltaram a ser distribuídas sem custo. Contudo, no ano seguinte, 1968, as apostilas começaram a ser vendidas e o dinheiro arrecadado era revertido para a produção do Programa Universidade de Cultura Popular.

A telenovela, pois, como as demais mensagens da televisão, cinema, imprensa e rádio, deve ser considerada um produto da sociedade na qual se apresenta, por ser produzida por esta sociedade. Sendo produto de uma determinada sociedade, traz em si a prática desta sociedade, isto é, revela como esta sociedade se organiza, quais os seus valores, quais os seus costumes. Nas relações entre os homens, tudo aquilo que é produzido no interior destas relações é resultado destas relações e, sendo um resultado, evidencia, necessariamente, as relações existentes entre aqueles que compõem a sociedade, isto é, evidencia a maneira com que os homens convivem, ou seja, se organizam (VAN TILBURG, 1980, p.2).

A telenovela pode assumir diferentes formatos desde a telenovela *stricto sensu* até minisséries, séries e programas especiais de ficção ou baseados em fatos. A telenovela brasileira é um produto de entretenimento que revela como a sociedade brasileira se organiza, evidenciando práticas sociais e culturais. E essas características foram importantes para a articulação dela com a educação. As duras críticas que identificavam a televisão como corruptora das tradições familiares deu lugar a um pensamento que atribuiu a ela uma função reflexa, ou seja, a programação era familiar, com temas e produtos que se encaixavam nas aspirações sociais, políticas e culturais da época pela população.

Na televisão os rostos deveriam ser sempre próximos, amigáveis. O objetivo era manter a proximidade dos personagens e dos acontecimentos em um discurso capaz de familiarizar o conteúdo exibido de modo simples, claro e com economia narrativa (MARTIN-BARBERO, 2008, p.297). As pessoas se identificavam com a narrativa televisiva, se sentiam representadas na tela da TV. A opção pela linguagem popular em detrimento do clássico e do erudito foi uma das características mais expressiva das telenovelas nessa época. O foco comercial das emissoras impôs formatos populares capazes de criar identificação com público e fidelidade com a programação dos canais de televisão.

A primeira telenovela educativa veiculada foi *Meu Pedacinho de Chão*, em agosto de 1971. O autor da trama foi Benedito Ruy Barbosa. Esta telenovela apresentou um drama rural que divulgou ensinamentos úteis aos trabalhadores urbanos e rurais. A narrativa utilizava informações oficiais fornecidas pelas Secretarias Municipais de Agricultura e Saúde para inserir nos capítulos. Os temas eram sobre vacinação, desidratação infantil, higiene e técnicas agrícolas. Também fazia propaganda do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), abordando o problema do analfabetismo, principalmente na área rural. A trama era sobre a história de uma professora que foi para uma vila no interior do país ministrar aulas para crianças, lá ela encontrou um coronel arrogante que matinha o povo humilde do local cada vez mais oprimido, sem direito a terra e a cidadania. A maioria dos moradores da vila era analfabeta e desconhecia informações úteis para vida em áreas rurais. Junto aos ensinamentos, o telespectador acompanhava a história de amor entre a professora e um funcionário analfabeto da fazenda, e também as travessuras de três personagens infantis que movimentam a trama. Não existia intenção formal para a alfabetização, mas destacava a importância dela sobretudo em áreas rurais, apresentando a opressão vivenciada pela população que dependia do trabalho rural em propriedades privadas.

Em 1973, a primeira telenovela com objetivos formais educativos foi ao ar. A telenovela *João da Silva* era a história do jovem personagem chamado João da Silva que deixou sua cidade natal no interior para viver na “cidade grande”. João era semianalfabeto e simbolizava o jovem nordestino que queria abandonar a condição de trabalhador rural para viver na capital. Os desafios de viver na capital estavam relacionados a superar o desemprego, a desqualificação profissional, a falta de moradia, a alfabetização e a escolarização com a conclusão do ensino primário. Ao longo da trama o personagem João passou por diversas experiências, todas com um pretexto para aplicar ensinamentos escolares e de cidadania. Seguindo o roteiro tradicional

folhetinesco da telenovela comercial, a trama de *João da Silva* tinha romance, intriga, ação e suspense, adotando um script que já fazia parte do cotidiano do povo brasileiro consumidor de radionovelas e revistas com fotonovelas. *João da Silva* apresentou o modelo de cidadania do período que estava relacionado à aquisição de um emprego formal, ou seja, com direitos trabalhistas e carteira assinada.

O formato de *João da Silva* associou entretenimento e educação no mesmo produto televisivo. Ela apresentou 125 capítulos de 40 minutos, com aulas de Matemática, Comunicação e Expressão, Estudos Sociais, Ciências e Educação Moral e Cívica. Além de informações sobre aposentadoria, direitos trabalhistas e previdência social. Os telespectadores/alunos podiam obter livros de apoio para o acompanhamento das aulas e também utilizar telessalas organizadas em parceria com a Secretaria de Educação e distribuídas em diferentes regiões da cidade. Ao final do curso, os telespectadores/alunos eram submetidos a uma avaliação da Secretaria de Educação e os aprovados recebiam certificado de conclusão das quatro séries iniciais do curso primário. A Telenovela *João da Silva* ficou no ar de novembro de 1973 até outubro de 1981 porque foi apresentada em diferentes emissoras de televisão.

Para dar continuidade à telenovela *João da Silva*, e aos conteúdos referentes às quatro últimas séries primeiro grau foi criada *A Conquista*, exibida em 1979. Ela foi veiculada em 15 estados brasileiros, atingindo cerca de 40 mil alunos. Os conteúdos escolares eram mais abrangentes e se relacionavam com a compreensão do mundo físico, dos fenômenos da natureza e da posição do homem em seu contexto sociocultural. Conhecimentos sobre comunicação e expressão, ciências e estudos sociais eram destaque na trama que retratava o cotidiano nas capitais. *A Conquista* foi escrita por Lourival Marques, com supervisão pedagógica de Manoel Jairo Bezerra e direção de Jacy Campos. Mas, sua produção foi interrompida abruptamente em 1983, dando lugar ao Telecurso 1º Grau, organizado pela Fundação Roberto Marinho.

A concorrência em 1973 era grande: na Rede Globo, a telenovela *O Semideus*, de Janete Clair, protagonizada por Tarcisio Meira e Francisco Cuoco, *O Bem Amado* exibido em cores, *Cavalo de Aço*, de Walter Negrão, *Carinhoso*, estrelado por Regina Duarte e *Ossos do Barão* com Paulo Gracindo e Lima Duarte; na Rede Tupi, *Mulheres de Areia*, de Ivani Ribeiro, protagonizada por Eva Wilma e *Rosa dos Ventos*, de Teixeira Filho; e na Rede Record, *Vidas marcadas* com Laura Cardoso. O desafio era conquistar parte dessas audiências e, principalmente fazer com ela se revertesse em “números de certificados” de conclusão do ensino primário. Gilson Amado⁹ deu a seguinte declaração:

No começo poderá haver alguma resistência, mas acredito que depois, com o correr do tempo e à medida que João da Silva for se impondo, todos compreenderão a importância de ter um certificado primário. Uma coisa é certa e é preciso que todos se convençam disso: ninguém vai poder viver no Brasil sem o primário e a lei já é muito clara a esse respeito. Duvido que hoje alguém consiga um emprego, seja ele qual for, se não apresentar um certificado de conclusão do curso primário. Essa é a chance que damos e a única coisa que exigimos, pelo menos por enquanto, é que as pessoas sacrifiquem as novelas românticas por esta, didática, mas igualmente interessante, viva, alegre e útil. (GILSON AMADO, 24/11/ 73 – Reportagem de jornal parte do arquivo da família de Lourival Marques).

João da Silva deve ser classificada como uma **telenovela didática**. O seu formato não é igual ao do telecurso que conhecemos na atualidade, que são formados por esquetes que são

⁹ Foi presidente da FCBTVE no período 1967 a 1979, adotando um perfil de TV educativa que deveria também servir ao modelo didático com teleaulas e possibilidade de certificação de conclusão de ensino regular para milhares de brasileiros, além de ser um veículo de informações úteis para o exercício da cidadania.

pequenos episódios cuja ação dramática tem início, meio e fim no mesmo capítulo. O esquete é uma técnica teatral caracterizada por uma apresentação rápida de cenas da vida cotidiana, geralmente com humor. Porém, sobre a estrutura narrativa de *João da Silva*, tratava-se de uma ficção em capítulos com todos os elementos de uma telenovela comum. Não tinha a pretensão de retratar a realidade dos retirantes do norte e nordeste, e isso ficava explícito nas reviravoltas da trama, como a jovem do curso noturno e empregada doméstica que se torna herdeira do patrão e se envolve em um triângulo amoroso com o amor do passado, *João da Silva*, e um playboy, mas próximo a sua nova vida de luxo. O conteúdo educativo entrava como elemento da ficção, nas falas e no comportamento dos personagens.

A telenovela *João da Silva* foi produzida em 1969, um contexto social e político pautado no autoritarismo militar e estava a cargo do Estado a responsabilidade de fiscalizar as redes de televisão, que eram coagidas a apresentarem uma programação que concordasse com os valores pregados pelo governo. Em entrevista concedida para elaboração desse estudo, o ator Nelson Xavier¹⁰, que interpretou o personagem que deu nome à trama, falou sobre a dificuldade de construir um personagem que, segundo ele, não retratava a realidade. Ele explicou que o personagem era politicamente articulado com a ideologia do governo, sem uma reflexão crítica sobre o papel dele na sociedade.

A audiência da teleeducação

A alfabetização de adultos pela televisão no período estudado não se restringiu apenas à idade, mas ao contexto cultural em que essas audiências estavam inseridas e as representações as quais lhes eram atribuídas no âmbito das políticas educacionais. Corroborando com Oliveira (1999), as produções educativas veiculadas na televisão não se destinavam a qualquer adulto, mas a um grupo específico.

O adulto, no âmbito da educação de jovens e adultos, não é o estudante universitário, o profissional qualificado que frequenta cursos de formação continuada ou de especialização, ou a pessoa adulta interessada em aperfeiçoar seus conhecimentos em áreas como artes, línguas estrangeiras ou música, por exemplo. Ele é geralmente o migrante que chega às grandes metrópoles proveniente de áreas rurais empobrecidas, filho de trabalhadores rurais não qualificados e com baixo nível de instrução escolar (muito freqüentemente analfabetos), ele próprio com uma passagem curta e não sistemática pela escola e trabalhando em ocupações urbanas não qualificadas, após experiência no trabalho rural na infância e na adolescência, que busca a escola tardiamente para alfabetizar-se ou cursar algumas séries do ensino supletivo (OLIVEIRA, 1999, p.59).

¹⁰ O ator e diretor Nelson Xavier concedeu entrevista sobre suas memórias relativas ao trabalho como protagonista de *João da Silva*, em 2016, aos 74 anos. A entrevista foi feita por telefone e gravada com autorização dele, com duração de aproximadamente 30 minutos. Nelson Xavier nasceu em São Paulo. Cursou Direito, mas se profissionalizou na Escola de Artes Dramáticas da Universidade de São Paulo e no Teatro de Arena. Entre os primeiros trabalhos estão as peças teatrais *Eles não usam black-tie* (1958), de Gianfrancesco Guarnieri, *Chapetuba Futebol Clube* (1959), de Oduvaldo Vianna Filho, *Gente como a gente* (1959), de Roberto Freire, e *Julgamento em Novo Sol* (1962), de Augusto Boal. A primeira participação na TV foi como o personagem Zorba, na novela *Sangue e Areia* (1967), de Janete Clair. E depois fez seu primeiro protagonista em *João da Silva* (1973). Na entrevista concedida para a pesquisa, ele disse que foi escolhido por ter traços físicos dentro do estereótipo do nordestino e destacou que havia muita censura nas gravações. Em 1982, ele deu vida ao personagem Lampião, na minissérie, *Lampião e Maria Bonita*, na Rede Globo, um dos seus maiores sucessos na TV. Em 2010, interpretou o médium Chico Xavier no cinema em filme homônimo. O ator morreu em 2017 (Conceição, 2016).

O fato de não serem crianças ou adolescentes cria uma barreira para utilização das teorias educacionais baseadas na área da psicologia porque elas não foram estruturadas ou observadas a partir de um ser humano adulto. Os processos de construção de conhecimento e de aprendizagem dos adultos são pouco explorados na literatura de psicologia educacional disponibilizada nos cursos de pedagogia e licenciatura. E isso transparece na concepção do material pedagógico direcionado ao público de *João da Silva*. Mesmo tendo sido elaborada por educadores e pedagogos, prevaleceram as características cristalizadas por estereótipos comuns às tramas televisivas e aos modelos funcionais de alfabetização.

Segundo Oliveira (1999), na educação, o adulto é visto de forma abstrata e universal, ou seja, estereotipada. O correto estereótipo de adulto corresponde para a educação ao “homem ocidental, urbano, branco, pertencente a camadas médias da população, com um nível instrucional relativamente elevado e com uma inserção no mundo do trabalho em uma ocupação razoavelmente qualificada” (OLIVEIRA, 1999, p.61). O oposto é a figura do analfabeto, do mestiço, do trabalhador braçal. E o público alvo da telenovela em questão era o jovem adulto a partir dos 16 anos, urbano, que deixou os estudos e precisa de certificação para melhorar suas condições de vida. Mas, o alcance da audiência foi muito maior, incluindo diferentes grupos de adultos que não concluíram os estudos na idade certa.

Como o adulto anteriormente descrito, ele é também um excluído da escola, porém geralmente incorporado aos cursos supletivos em fases mais adiantadas da escolaridade, com maiores chances, portanto, de concluir o ensino fundamental ou mesmo o ensino médio. É bem mais ligado ao mundo urbano, envolvido em atividades de trabalho e lazer mais relacionadas com a sociedade letrada, escolarizada e urbana. Refletir sobre como esses jovens e adultos pensam e aprendem envolve, portanto, transitar pelo menos por três campos que contribuem para a definição de seu lugar social: a condição de “não-crianças”, a condição de excluídos da escola e a condição de membros de determinados grupos culturais (OLIVEIRA, 1999, p.60).

No âmbito da educação, existe a tendência de tratar a categoria adultos de modo abstrato, sem identificar as peculiaridades desse grupo. Assim, prevalecem os estereótipos na classificação desse estudante. Em sua estrutura, a telenovela está relacionada ao melodrama, a superação de todo tipo de problema para ascender em felicidade no final. Essa característica encontrou respaldo nas produções educativas da época, na representação do personagem do campo que supera os limites da sua condição social, conquistando emprego e cidadania. O personagem retrata o jovem do norte e nordeste do país. Os estereótipos mais comuns são: a mestiçagem, a força de trabalho para atividades braçais, a violência, a estética rústica, a religiosidade, a pouca escolarização. São estereótipos reforçados na televisão com objetivo de padronizar os diferentes grupos sociais em toda sua diversidade, na tentativa de criar empatia com a audiência. A estratégia pedagógica da telenovela se apoiou no estereótipo para iniciar uma campanha de alfabetização e retorno aos estudos de adultos integrando o personagem tema a uma série de situações que reforçavam esse modelo e ao mesmo tempo indicava a educação formal, escolar como caminho para superar estereótipo do analfabetismo.

Considerações finais

A história da alfabetização de adultos no Brasil pode ser caracterizada por campanhas e políticas educacionais que não focalizaram a emancipação do estudante, apesar da reivindicação de movimentos populares. Os objetivos principais estavam na política desenvolvimentista e na ampliação da industrialização no país. A alfabetização de adultos não seguia uma orientação

humanista de educação e se apropriou de modelos funcionais para definir a proposta metodológica de ensino para as massas, sobretudo com a utilização dos veículos de comunicação. O modelo adotado foi o indicado pelas agências internacionais como a UNESCO, que também financiavam alguns programas em sistema de cooperação com o propósito de promover o desenvolvimento em países considerados atrasados como o Brasil. O período estudado – 1960 a 1975 – foi marcado por eventos importantes na política e na ascensão da televisão como veículo popular de massa. A televisão passou a ser parte integrante da rotina de milhões de brasileiros transformando os hábitos de consumo, ampliando o interesse publicitário e ditando comportamentos. Na política, o autoritarismo militar controlava as diferentes esferas do governo. Na educação a política estava alinhada aos ideais da ideologia capitalista e para a educação de adultos o objetivo era o mercado de trabalho, a formação de mão obra para a indústria.

Nesse cenário, a teleducação na alfabetização de adultos se ampliou e criou produtos próprios como a telenovela didática *João da Silva*, que uniu teledramaturgia folhetinesca com ensino supletivo. Nesse artigo, *João da Silva*, foi analisada como um produto de entretenimento popular com educação formal e possibilidade de certificação para os anos iniciais do primeiro grau. Seguindo o formato televisivo que usa uma narrativa simplificada, os estereótipos do adulto analfabeto foram ressaltados na figura homem do norte e nordeste que vinha para a capital, sem educação, para vencer na cidade grande. A trama mostrava a alfabetização com certificação como o caminho para o sucesso. Esse artigo faz uma análise e reflexão da alfabetização de adultos a partir dos pressupostos da história cultural observando as práticas sociais do período e suas representações.

Referências Bibliográficas

BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo, ed. UNESP, 1992.

CONCEIÇÃO, Cíntia Nascimento de Oliveira. *Pioneiros da Teleducação na Guanabara: a televisão educativa na perspectiva das experiências pioneiras de Teleducação e formação de professores e profissionais do Instituto de Educação do Estado da Guanabara e da Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (1960 - 1975)*. Tese ao Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC - Rio como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação. Rio de Janeiro, 2016.

FÁVERO, Osmar. Paulo Freire: Primeiros tempos. *Em Aberto*, v. 26, n. 90, 2014.

JAMBEIRO, Othon. *A TV no Brasil do século XX*. Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA), 2002.

KELLY, Celso. *Política da Educação*. Rio de Janeiro: Editora Reper, 1969.

LEITÃO, Yacy de Andrade. *Contribuições para o estudo da teledidática a partir de uma experiência de televisão educativa no Estado da Guanabara*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1973. 169f.

MARTIN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações*. Comunicação, cultura e hegemonia. 5.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

NAPOLITANO, Marcos. A MPB na era da TV. In: RIBEIRO, Ana Paula; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marcos (Orgs.). *História da televisão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010.

OLIVEIRA, Martha. K. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. *Revista Brasileira de Educação*, nº 12, p. 59-73, Set/Out/Nov/Dez 1999

ROMANELLI, Otaíza O. *História da Educação no Brasil (1930-1973)*. Petrópolis: Vozes, 2012.

VAN TILBURG, Johannes Louis Gerardus. *A telenovela: instrumento de educação permanente*. Centro de Investigação e Divulgação-CID, 1980.

Recebido em: 01/06/2020
Aprovado em: 25/06/2020